

(Texto com revisão.)

 **Pauta:** Debater o [PLCE nº 027/23](#) e o [PLCE nº 028/23](#).

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** (19h05min) Boa noite, diretor. Boa noite, vereadores presentes. Boa noite a todos os convidados. Nós gostaríamos de dar início a essa importante audiência pública para debatermos os projetos do Município em relação ao Previmpa. Gostaria de passar ao nosso diretor Legislativo para dar início aos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Boa noite a todos e a todas. Inicialmente, informamos que o Ver. Giovane Byl estará presidindo a audiência pública de hoje, à noite, em razão da impossibilidade de o Sr. Presidente da Casa administrar.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES DO PODER EXECUTIVOMUNICIPAL:1) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 27/23, QUE ALTERA O § 1º DO ART. 34, OS §§ 11 E 12 DO ART. 37-A, O § 1º DO ART. 63, INCLUI OS INCS. I E II NO § 12 E O § 13 NO ART. 37-A; E REVOGA O § 6º ART. 64, O ART. 68; O § 2º DO ART. 87 E O ART. 93, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 478 DE 26 DE SETEMBRO DE 2002 - QUE DISPÕE SOBRE O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, DISCIPLINA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - E ALTERAÇÕES POSTERIORES. 2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 28/23, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (PREVIMPA). O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 12 de dezembro de 2023, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/139628> e <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/139629>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.  
Porto Alegre, 04 de dezembro de 2023.

Neste momento, nós estamos abrindo dez inscrições para falas de interessados em se manifestar pelo projeto. Teremos uma fala inicial de até dez minutos de parte do autor do projeto, o governo municipal, em que falará o Dr. Wilson Ramos, diretor-geral adjunto. Depois, terá a palavra o Simpa, porque, além do

pedido original de audiência pública que havia sido efetuado pelo Ver. Idenir Cecchim, o Simpa também requereu audiência pública. Então, terá direito a essa manifestação inicial de até dez minutos. A partir de agora, estamos recebendo pelo *chat* até dez inscrições daqueles ou daquelas que desejam se manifestar por até cinco minutos durante a audiência. Sem mais delongas, passamos a palavra ao Sr. Wilson Ramos, diretor-geral adjunto do Previmpa. (Pausa.) O Sr. Wilson nos ouve? (Pausa.) Só um instante, vamos aguardar o Sr. Wilson ajustar a sua conexão. (Pausa.) Consultamos o Sr. Wilson Ramos, diretor-geral adjunto do Previmpa, se ele tem condições de falar agora? Estamos aguardando a sua entrada. (Pausa.) Bom, tendo em vista que o Sr. Wilson Ramos está com alguma dificuldade inicial para a conexão, nós vamos passar a palavra por até dez minutos ao colega Edson Zomar de Oliveira, representando o Simpa.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** Boa noite a todos, a todas, a todes. Realmente, é uma audiência pública importante, mas questionamos a forma, o método e a situação toda em que ocorre. Na verdade, decisões como essa que mexem com a estrutura do Previmpa, em especial PLCE nº 28, são decisões tomadas sem levar em consideração a opinião do CAD e, principalmente, sem ouvir ou consultar no sentido de preservar e respeitar a representação dos servidores municipais de Porto Alegre, que são os maiores interessados na boa gestão e no acompanhamento do que acontece com seu fundo de previdência. Nesse sentido, nós questionamos o tempo, a forma, a maneira e a pressa de que isso aconteça. Teremos, inclusive, eleição do Previmpa agora prevista para o mês de março, e isso cria toda uma situação de que aquilo que estava colocado, que funciona muito bem há mais de 20 anos... Tanto é que o Previmpa é um órgão de referência nessa área, não tem nenhum fato, nada relevante que comprometa a lisura de gestão. O Previmpa passou pelo PT, PMDB, PDT, PSDB, ou seja, não é uma questão puramente ou meramente ideológica e posicionamento político e, sim, de método de gestão, de transparência e de garantia de participação dos servidores na gestão de um fundo tão importante, com mais de R\$ 4 bilhões de fundos e que tende a crescer. Não vemos sentido

para que haja essa mudança, em especial a mudança da estrutura do CAD, da sua representação, porque a medida proposta tolhe e reduz a representação de forma palpável dos servidores, limita o acesso na medida em que exige uma escolaridade que nem todos os servidores municipais têm, a formação de nível superior, fora a certificação técnica em relação alguns a aspectos. Então tudo isso leva, num certo sentido, ao tolhimento, uma perda de controle, uma perda de fiscalização, uma perda de acompanhamento, já que o CAD tem decisões importantes para aprovar política de investimentos, por exemplo, e que é uma coisa que nós todos sabemos que o mercado, em nível nacional, hoje, tem um interesse muito grande nos fundos de previdência pública, como os XP da vida, Itaú da vida, BTGs da vida, essa coisa toda. E um dos aspectos que tem fundamentalmente feito com que a gestão do Previmpa tenha uma ponderação é uma limitação dos investimentos de risco. Então há toda uma preocupação no sentido de que isso venha a mudar também, ou que haja um menor acesso, uma menor possibilidade de se dizer não, uma menor possibilidade de controle desse fundo, que é tão importante para assegurar o futuro e a vida dos servidores municipais de Porto Alegre, das servidoras, dos aposentados em especial. Nós sabemos inclusive, com o regime de previdência complementar, essa situação do Previmpa até deve, ao longo do tempo, mudar bastante, mas no momento, hoje, não entendemos como necessária essa formatação que está sendo colocada, que está sendo encaminhada, sendo proposta, e ainda mais da forma como foi, sem uma discussão com a categoria, sem uma justificativa clara, razoável e lógica, porque como já disse antes, é algo que há mais de 20 anos funciona e tem funcionado muito bem nas mais variadas gestões. E com certeza a existência do conselho e do CAD, em especial, afóra a importância própria também do Conselho Fiscal, vem no sentido de que esse histórico comprova que é uma forma de garantia de lisura, de acesso à informação, de acompanhamento e de transparência. Sendo reduzida a participação dos servidores e a sua representação, isso certamente é tolhido, é diminuído, há mais dificuldade em acompanhar, há mais dificuldade em controlar, há mais dificuldade em opinar e decidir. Inclusive também tem a questão da própria presidência do CAD que hoje

é uma coisa que pode ser alternada, negociada, dialogada, sempre foi e nunca houve problema nesse sentido, passa a ser uma coisa com prerrogativa do Executivo, ou seja, há claramente uma intenção de limitar, de controlar as decisões, de conduzir o CAD. E a importância do CAD é justamente a sua autonomia, e essa autonomia se garante justamente com a paridade representativa, como tem hoje, paritária entre as partes, e que tem dado bons frutos até o presente momento. Então nos espanta, de certa forma ou não tanto, essa iniciativa que na verdade dialoga com outras iniciativas em relação a outros conselhos da Prefeitura, e os conselhos são uma representação social, no público, e uma representação da parte interessada de forma direta, como é no caso dos servidores da Prefeitura em relação ao CAD/Previmpa. Então nos preocupa bastante esse encaminhamento, porque é um encaminhamento que limita, restringe a participação dos servidores no controle, no acompanhamento e nas decisões a serem tomadas pelo Previmpa. E a importância disso tem a ver com os valores vultosos que o Previmpa já acumula e tem como fundos, como também em relação ao futuro que espera o Previmpa. Sabemos o que acontece e já aconteceu em várias situações de outras entidades de previdência, onde a falta de controle e a falta de acompanhamento levaram a situações de insolvência, foi o caso próprio Montepio, que antecedeu o Previmpa, que até hoje não conseguiu quitar o devido para os pensionistas, em função da forma como foi gerido. E o Previmpa, até o presente momento, independente de gestão, tem tido um gerenciamento, um encaminhamento, uma condução da sua política, como um todo, naquilo que se refere ao zelo pelos valores que guarda, que são dos servidores municipais, tem sido bem sucedido. Então entendemos que não há motivo nenhum para esse tipo de encaminhamento, achamos que isso não constrói, na verdade diminui, restringe e cria uma situação de completa insegurança em relação à condução do Previmpa e também cria uma frustração bastante grande entre os servidores da Prefeitura, na medida em que não podem ou não terão mais a representação universal múltipla, diversa, como tem hoje e tem tido ao longo desses 20 anos. Então a posição que nós temos enquanto Sindicato é que esse encaminhamento, esse PL nº 028/23 não agrega, não

constrói, não melhora a gestão do Previmpa, pelo contrário, diminui a capacidade de transparência, de acompanhamento e de participação das decisões mais importantes dos maiores interessados, que são aqueles que contribuem e têm direito à aposentadoria mediante a boa gestão desse fundo, que é o fundo do Previmpa. Então, nos resta, neste momento, protestar e dizer que essa não é a melhor maneira de gerir um fundo que há 20 anos funciona, que até hoje não teve problemas e não vai ser com esse PL restringindo a participação com um número muito menor de participantes representativos da categoria e também uma qualificação que também restringe e, além disso, uma titularidade imposta na presidência do CAD, que vai se garantir a transparência, a boa gestão e o que o mais vale, como tem acontecido nos últimos 20 anos. Inicialmente, da minha parte, seria isso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Edson. O Sr. Wilson Pereira Ramos, diretor-geral adjunto do Previmpa, está com a palavra.

**SR. WILSON PEREIRA RAMOS:** Boa noite. Agradecemos a palavra pela Diretoria da Câmara. O que temos a manifestar quanto aos PLs encaminhados, eu acho que o PL de benefício não causa muito transtorno e não foi nem muito levantado, pelo menos na parte que eu vi aqui, porque são ajustes necessários para a gente adequar a Emenda nº 113, também a própria reforma previdenciária que o Município efetuou, enfim, são pequenos ajustes que a gente precisa, inclusive, para fazer o encaminhamento de alguns processos que a gente tem pendentes, porque esbarram nessas questões legais que ainda a gente tem que resolver da Lei nº 478/02, a nossa lei. Quanto à questão de estrutura, que foi dividida em dois PLCs, o nº 028, nós, como gestão, assumimos um compromisso de aderir ao programa Pró-Gestão. Iniciamos no nível I, agora, recentemente, há cerca de aproximadamente um mês, já conseguimos o nível II. O programa Pró-Gestão é um programa do Ministério da Previdência que busca qualificar os RPPS, e possui quatro níveis, o nível mais alto é o nível IV. Nós, como gestão,

assumimos o compromisso, e os nossos conselhos e direção, de, no próximo ano, estarmos acessando o nível IV, que é o último nível. Para termos ideia, hoje, no Brasil, nós temos apenas quatro RPPS, governo e cidades, que possuem esse nível IV, e nós estamos fazendo os processos, as adequações necessárias, para que nós possamos alcançar essa certificação. Só que, para alcançar essa certificação, nós temos alguns ajustes ainda a realizar no departamento, na autarquia. Algumas das grandes questões levantadas neste PL nº 028 se referem já a esse encaminhamento para nós alcançarmos o nível IV do Pró-Gestão. A questão de certificação tanto dos conselheiros como do comitê de investimentos da própria diretoria, o nível de escolaridade – a gente está falando de nível de escolaridade, não o cargo ser de nível superior – são todos pré-requisitos para que nós acessemos esse programa que nós assumimos compromisso de gestão, são questões vinculadas ao Pró-Gestão. A questão de redução do número de conselheiros, que eu acho que é o que mais está impactando o nosso debate aqui, é uma proposta do governo já adequando... Nós temos hoje, no Conselho Fiscal, oito conselheiros, é um conselho que trabalha eu acredito que, pelo que a gente tem acompanhado nesse último tempo que a gente tem participado do Previmpa, muito bem. O Conselho Fiscal atende a suas competências de forma exemplar, e nós estamos trazendo essa proposta então de termos oito conselheiros também para o Conselho de Administração. Se nós olharmos para os RPPS, não é olhar para os outros e deixar de ser referência, na verdade, a gente está procurando buscar e qualificar os nossos conselhos, a nossa direção, enfim, o departamento como um todo. Mas, se nós olharmos para as capitais, nós veremos que, por exemplo, aqui na Região Sul, nós temos Curitiba com sete conselheiros titulares e seus suplentes; Florianópolis com oito, nós temos outras capitais do Brasil com sete, até com cinco conselheiros, isso não vai restringir a capacidade de fiscalização e de atuação do próprio conselho. O próprio município e capital, Manaus, que é um dos RPPS que tem o nível IV do Pró-Gestão e atende a todos os requisitos do ministério, eles também têm oito conselheiros titulares, com seus suplentes. Nós entendemos que a proposição é justa, atende às demandas do governo, está

alinhada até com os interesses dos servidores, porque não vai deixar de haver competências que o conselho vai fazer, não vai deixar de ter representatividade. Nós só estamos adequando a um nível de gestão mais atual, mais moderno, atendendo aos requisitos do Pró-Gestão. Colocamos isso como importante, tanto o PLC dos benefícios quanto esse da estrutura, sabemos que estão tramitando de forma diferente, o dos benefícios, mais acelerado, o da estrutura ficou um pouquinho para trás, mas são PLCs que entendemos justos e muito importantes para o avanço do departamento. Agradeço o espaço e ficamos à disposição para novos contatos, se necessários.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Wilson. Passemos agora às inscrições. O colega Adroaldo Corrêa, presidente do Conselho Deliberativo da Astec, a quem saudamos, está com a palavra por até cinco minutos.

**SR. ADROALDO BAUER CORRÊA:** Uma boa noite a todas as pessoas presentes, à diretoria legislativa, pela oportunidade técnica e política que nos proporciona, e às demais pessoas aqui a consideração da Associação dos Técnicos Científicos da Prefeitura de Porto Alegre. Já fui membro do Conselho Deliberativo do Previmpa, participei na origem, na organização e fundação do Previmpa. Sei que ele tem autonomia no projeto de gestão financeira e administrativa, sei que ele é, na sua história, referência nacional em técnica e política de gestão, e sei que ele é credor da Prefeitura dos valores da partição simples, e a Prefeitura, em algumas gestões, tem considerado que esse é um débito previdenciário. É um débito previdenciário do empregador, Prefeitura Municipal, e é um crédito do Previmpa, órgão autônomo em relação às obrigações que lhe são atribuídas por gerir as aposentadoria e pensões. Dito isso, eu queria ser contrário à apresentação do projeto, nos termos em que foi apresentada aqui a contrariedade pelo diretor do Simpa, Edson Zomar, e somar o argumento de que me parece um olhar sobre finanças do Previmpa, que o projeto prevê. Não é a qualificação do Pró-Gestão que vai melhorar o que já é

vencedor, que é a gestão do Previmpa e seus R\$ 4 bilhões e alguns milhões de reais acumulados num fundo superavitário, em médio prazo, bastante saudável, apesar dos ônus impostos aos associados previdenciários de elevação das alíquotas de 11% para 14%, que serve a outros interesses que não ao do fundo previdenciário capitalizado, e da imposição do mínimo de 2,5 salários para desconto de previdência dos aposentados e pensionistas. Queria referir que esse não é um recurso público, na nossa concepção, ele é um recurso vinculado à gestão dos direitos históricos dos contribuintes, que são os servidores que contribuem e se aposentam, ou seus pensionistas. Essa questão da gestão de um recurso que não é público, parece que interessa a quem gere recursos públicos no caixa único da Prefeitura. É um olhar. O atual secretário da Fazenda, inclusive, já foi conselheiro, estive com ele numa das gestões, e ele sabe exatamente o que eu estou dizendo: há um olhar de cobiça sobre os R\$ 4 bilhões do fundo previdenciário dos servidores e das servidoras públicas que tem o seu recurso para os seus fins. A Prefeitura já fez e continua fazendo da repartição simples o uso que lhe aproveita o gestor eventual, não cria fundo, não criou, não previne a possibilidade no futuro, embora desconte sistematicamente do servidor e da servidora, ainda em repartição simples, a cota previdenciária. Nós estamos tratando de direito adquirido e constituído de contribuintes específicos para finalidades objetivas, e é disso que nós queremos tratar. E a paridade referida na atual composição nos leva a considerar que, sim, como disse o Edson e eu reforço, é possível transitar a negociação da presidência. Agora, há funções no conselho referidas como necessárias de participação dos seus representantes que podem, eventualmente, sobrecarregar um número muito menor, quais sejam? Participação no Comitê de Investimentos, participação nos outros comitês. E existe o estudo da dação de parecer sobre projetos e processos de período do próprio órgão da administração dos fundos previdenciários. Vincular-se a um programa nacional por propósito é um alinhamento de projeto, e a gente sabe de onde partiu o Pró-Gestão e com que objetivo: a redução do impacto da presença do servidor público na direção do custeio, do financiamento e da gestão política mesmo da administração pública; neste caso, da administração do fundo



específico para a finalidade objetivamente definida, e não é um recurso do contribuinte, não é um imposto de outro tipo que não para o financiamento da previdência. Interesse maior teria o administrador se não partilhar com os principais interessados e responsáveis da gestão paritária e da própria direção política, em eventual presidência, vice-presidência, participação no comitê de investimentos dos trabalhadores que são os financiadores do processo?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Para concluir.

**SR. ADROALDO BAUER CORRÊA:** Eu já vou concluir, diretor legislativo, frisando que nós devemos ter presente a necessidade de que esse fundo exista para seus fins e não para terceiros não declarados. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, colega Adroaldo. Passamos agora ao colega Assis Olegário. Até cinco minutos.

**SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO:** Primeiro, boa noite a todos e todas, particularmente ao diretor legislativo Luiz Afonso, que está dirigindo os trabalhos; meus companheiros e companheiras do Simpa. É com tristeza, assim, que a gente participa desta audiência, porque Porto Alegre, durante muitos anos, ao contrário da modernidade que está sendo dita nas propagandas oficiais pelos membros do governo, tem havido um retrocesso. Uma cidade, que já foi uma referência da democracia, do Fórum Social Mundial, do Orçamento Participativo, e não só do Orçamento Participativo, mas das conferências municipais, dos congressos e dos conselhos empoderados. O que nós estamos vendo, desde o início de janeiro de 2020, é uma caminhada, digamos assim, do prefeito, do Executivo, prefeito Melo, de esvaziamento e desempoderamento dos conselhos municipais. E é isso que está também sendo feito agora nessa reforma, dizendo que não é só a questão da diminuição dos conselheiros, é diminuir a possibilidade de fiscalização e deliberação da sociedade, no caso aqui, particularmente, dos servidores e servidoras públicos. Um projeto que é

apresentado no final de ano, em dezembro, a gente sabe como funciona a Câmara, que vai querer entrar logo em recesso – em janeiro é o recesso –, já escolheu até a sua Mesa Diretora, até o dia 22 vai fazer algumas, talvez, sessões extraordinárias para votar de maneira açodada. E aí não são só os dois conselhos, o fiscal e o administrativo, que inclusive fizeram propostas, e que não foram, exceto uma que alterou ali uma vírgula, elas não foram incorporadas no debate que foi levado com o governo, não foram incorporadas ao projeto. Mas não é só essa questão dos dois conselhos. Quem sustenta o Previmpa, e aí o Adroaldo falou hoje que tem uma aplicação de R\$ 4 bilhões, é o conjunto de servidoras e servidores do Município. Portanto, eles não foram ouvidos. São recursos que eles, ano após ano, descontam, inclusive dos aposentados, 14% a partir dos 2,4, a partir dessa malfadada reforma da previdência em 2021. Então, quem sustenta o conselho, quem trabalhou anos, anos e anos não foi ouvido para essa mudança, essa lei, que não é só mudança de poucas coisas, é um projeto que vai estar logo... (Ininteligível.) É só ver os seminários que foram participar sobre gestão pública, previdência pública, em anos anteriores, já no governo Marchezan, patrocinado pelo Itaú, Bradesco, que estão de olho nas previdências públicas. É isso que está em jogo, é uma tentativa de, aos poucos, privatizar o recurso. Nós já temos agora os novos concursados que estão ingressando, para cima do teto do INSS eles têm que entrar na previdência privada, o instituto... agora não recordo o nome. Então, isto é um projeto que está acontecendo. Ontem mesmo, houve tentativa de esvaziamentos dos conselhos, da autonomia das feiras ecológicas. Felizmente ali conseguiu-se que algumas emendas minorassem o projeto. Então, é uma articulação do governo, que apesar de se apresentar como democrático, chamar para a reunião, beleza, o governo passado não tinha nem reunião, mas não adianta só reunião. Se é de fato um governo democrático, ele tem que ouvir e tem que saber que a população de Porto Alegre tem uma história de deliberação, de construção democrática desta cidade na luta contra a ditadura, na construção de vários mecanismos – UAMPA, CUT, Orçamento Participativo, conselhos populares, conselhos municipais. Então, este projeto, na verdade, ele não é isolado, ele está num bojo

de esvaziamento. Lembra-se de uma das primeiras declarações do prefeito Melo: “Eu fui eleito, como é que esses conselhos municipais vão ter poder deliberativo, mas eu sou o prefeito”. Bom, prefeito, tudo bem, foi eleito pela democracia representativa, mas nós temos a democracia participativa nesta cidade, e o prefeito, independentemente de quem seja, ou a prefeita, ele passa, os funcionários continuam construindo esta cidade trabalhando, e eles deveriam, no mínimo, ter respeito e ouvir o conjunto, ter um processo de conversa, de discussão sobre o que está sendo feito. E sobre os comitês de investimentos, realmente o Adroaldo também tem razão, antigamente tinha participação de conselheiros; foi alijado, tu estás vendo cada vez um esvaziamento por dentro. Daqui a pouco, a reunião vai ser só pro forma para dizer “sim” ou “não” para o governo, inclusive legitimar as posições do governo. Então, por isso que, não só individualmente como servidor e como conselheiro fiscal titular que fui do Previmpa da gestão 2020/2022, e como também da direção do Simpa, nós somos contrários a este projeto. E, se o governo quisesse mesmo o processo, ele teria que abrir uma ação não só com os conselhos, o CAD, o Conselho Fiscal e Simpa, ele teria que abrir uma ação com a categoria, porque é ela que sustenta e desconta, todo mês, 14%, o Previmpa, a estrutura do Previmpa. Então, essa é a nossa posição bem clara, nítida, sobre essa proposta do governo. Ele está num bojo de desconstrução da democracia participativa, que outrora foi uma referência para o mundo inteiro. Inclusive ajudava a cidade, quando vinham delegações, a economia, o comércio, a hotelaria, os restaurantes, os serviços, o transporte, as pessoas se deslocavam. Hoje, infelizmente, é uma cidade que esvazia a democracia e quer ser um arroubo, uma mescla brega de Miami com Camboriú, inventando roda-gigante, desmatando, privatizando os parques públicos, os espaços públicos, inclusive com aquele absurdo ali, o arboricídio que aconteceu, um crime ambiental no Harmonia. “Ah, isso não tem a ver com o que está se falando.” Sim, tem a ver, é um projeto político que é um pouquinho mais *soft*, mais bonitinho, mas que é o mesmo projeto e a mesma base, são os mesmos que sustentaram o governo Marchezan, que foi corrido da Prefeitura. Então, era isso, essa é a nossa posição, e o Simpa vai continuar vigilante sobre

esse projeto e os outros projetos, porque nós sabemos que nas articulações o governo tem alguns interesses agora de passar projetos corridos, porque o ano que vem é um ano eleitoral. Então, fazer o jogo agora para, no ano que vem, apresentar-se um pouco mais maleável. Era isso, obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado ao colega Assis. Estão inscritos, pela ordem, os colegas Adelto Rohr, Luís Borba, Edmilson Todeschini e Cindi Sandri. Os vereadores que eventualmente estejam participando da audiência poderão falar de forma entremeada com as inscrições, pedindo através do *chat*. Registro também que a inscrição do colega João Ezequiel acabou de chegar. Com a palavra, então, o colega Adelto Rohr.

**SR. ADELTO ROHR:** Boa noite, Luiz Afonso, boa noite, colegas municipais, eu estava em uma outra agenda, estou dentro do carro agora, escondidinho aqui, participando da audiência pública. É importante a gente fazer o debate e, para não precisar repetir, eu queria trazer algumas considerações que são necessárias para o debate. A primeira delas é a desconsideração total, tanto ao CAD, Conselho Administrativo, quanto ao Conselho Fiscal, que se debruçaram sobre as duas leis, fizeram as discussões, elaboraram os relatórios, e o projeto foi enviado pelo prefeito para a Câmara de Vereadores sem nenhuma consideração aos dois conselhos. E o que acontece? Não sei quantos vereadores nós temos hoje na discussão; todas as alterações previdenciárias que ocorreram no Município de Porto Alegre tiveram praticamente, após a criação do Previmpa, o mesmo formato. O governo decide o que ele quer fazer, quer fazer a discussão imediata de fluxo de caixa e o resto que se exploda. Desconsidera a manifestação de quem acompanha, de fato, o colegiado, que são os conselhos, que são os representantes da categoria, que são os auxiliares da gestão. Então, eles são completamente desconsiderados. O Conselho do Plano Diretor está na mesma linha, então, a gente pode já enxergar exatamente isso, e a Câmara de Vereadores aceita fazer isso sem nenhuma discussão, ela compra o projeto do governo na forma em que ele chega. Esse é o grande

problema, e a responsabilidade da Câmara, no todo, quando ela desconstitui a participação de quem tem interesse em cuidar da cidade, em cuidar dos recursos públicos, em cuidar dos recursos previdenciários, que são recursos de responsabilidade, são recursos dos servidores. São recursos que não são tirados do orçamento para a previdência, eles são tirados dos servidores; e a contribuição patronal, que é a que sai do caixa da Prefeitura, é a contribuição do patrão para essa finalidade. E, quando há interesse, o governo mistura as duas coisas: o regime capitalizado, que é o fundo do Previmpa, com o regime de repartição simples. A previdência é uma discussão de gerações, e nós temos feito a discussão da previdência sempre a toque de caixa, sempre no fluxo de caixa, no desespero, sem nenhum planejamento. Então, a desconsideração com o nosso parecer... Eu vou trabalhar um dos elementos, eles estão propondo, nós temos atualmente, por mês, quatro sessões ordinárias e uma extraordinária. Estão aumentando o valor do jetom e estão colocando uma sessão ordinária por mês e uma extraordinária, e aí colocaram uma tabelinha de quanto vão gastar, que vão gastar menos com o jetom. Mas olha o absurdo que é de colocar isso. Nós temos sessões extraordinárias, e este ano nós fizemos três sessões extraordinárias, quase quatro, e normalmente as sessões extraordinárias ocorrem sabe por quê? Por conta da incompetência da gestão, seja da gestão do Previmpa, seja da gestão do governo central, porque compras e serviços passam pela centralizada, eles não passam só pelo Previmpa. Hoje, chegou um projeto, um processo para o CAD, já atrasado de novo. Nós vamos tentar fazer, nas sessões ordinárias que a gente tem, para conseguir cumprir o rito, que é o projeto da política de investimentos do Previmpa para o ano que vem. O projeto chegou atrasado; no ano passado, nós o aprovamos no dia 8 de dezembro. Ele chegou no Conselho de Administração hoje, vários projetos chegaram assim, e aí a gestão me apresenta uma sessão ordinária por mês, com todas as tarefas, com quatro conselheiros no Conselho de Administração, que recebem processos e têm a liberação somente para as sessões do Conselho de Administração. Toda outra parte tem que ser feita fora do seu horário de trabalho, fora de tudo para conseguir cumprir a tarefa enquanto Conselho de Administração, que é o

fiscalizador e o auxiliar da gestão. É isso o que está se propondo, e, quando o governo não tem interesse, não ouve o conselho, desconsidera o debate, e aí nós queremos colocar a mudança que está sendo proposta no conselho, da escolaridade. Para os conselheiros eleitos, ela não tem justificativa. Por quê? Porque os conselheiros eleitos são representantes da categoria, são eleitos por chapa e eles têm que cumprir uma série de requisitos. Se ele tem interesse e capacidade, tem que ser de responsabilidade de quem se coloca para representar a categoria. E a categoria é que vai decidir e vai eleger quem é o seu representante. Não dá para engessarmos e dizermos: para tu seres representante, só nesse critério. Não tem lógica isso. Durante os 20 anos de gestão do Previmpa, o Conselho de Administração teve a responsabilidade, junto com todas as gestões que passaram pelo Previmpa, de cuidar adequadamente de todos recursos do Previmpa. A única situação em que deu problema, foi no fluxo de caixa do governo. Só lá que teve o problema! E onde teve tentativa de problema também foi na resseguração de massas, que nós apontamos como algo que poderia colocar em risco o Previmpa. Mas a alíquota de 14% indevida, que foi aprovada lá em 2017 para todos os servidores, a reforma agora em 2021 que aumentou a contribuição dos aposentados, deu uma folga no caixa do regime capitalizado, que mantém o equilíbrio atuarial do regime capitalizado. Mas foi para resolver o problema de caixa da Prefeitura. Foi para isso que foi feita a reforma da previdência. Para fazer isso, o governo misturava as duas coisas para dizer que nós temos um déficit. Só na Emenda Constitucional nº 103, começaram a utilizar uma informação... O Ministério da Previdência começou a aceitar a informação de que, se o repartição simples tem déficit, ele pode ser computado junto para dizer que o regime previdenciário tem déficit no Regime Próprio de Previdência. Mas o Tribunal de Contas do Estado e o próprio Ministério da Previdência já estão aceitando, hoje, que a parcela anterior que não houve contribuição previdenciária é dívida trabalhista. É assim que o Ministério da Previdência trata com todas as empresas que não arrecadaram a contribuição previdenciária para colocar no fundo e fazer frente ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados. É para isso que é a previdência, e

é por isso que nós brigamos para que essas coisas sejam transparentes. A Câmara de Vereadores aprovou em 2017 um projeto do Regime de Previdência Complementar. Na época, o Simpa denunciou que era um fundo falido, e a lei foi revogada agora quando aprovaram uma outra lei. Nós sabíamos que era um fundo falido porque o salário dos servidores ingressantes na Prefeitura, que era a proposta do Regime de Previdência Complementar, eles eram menores do que o teto do Regime Geral. Tu ias ter poucos contribuintes. Sabe como o projeto foi para a Câmara? Com uma proposta: se migrar um percentual “x” dos atuais servidores. Mas quem é que vai migrar para uma previdência complementar que o ex-conselheiro e ex-presidente Edmilson Todeschini sempre fala que ela não é previdência, é só um seguro? Porque tu sabes com quanto contribuis, mas não sabes com quanto vais te aposentar. Então, é essa discussão que nós temos que colocar nessa audiência pública – já propus isso em outras audiências, eu sempre vou repetir –, discussão de previdência não pode ser uma discussão a ser realizada em uma audiência pública, em um debate de uma hora, em um debate em que os que vão decidir, que são os vereadores que compram o projeto, não estão participando da reunião. Eu solicito que os vereadores que estão presentes hoje façam uma solicitação formal ao Previmpa para que seja remetida ao trâmite do processo a manifestação dos colegiados, tanto da administração quanto do Conselho Fiscal do Previmpa, que se manifestaram em relação às duas leis. Temos acordo na proposta de alteração dos benefícios previdenciários. É a adequação da legislação, inclusive em coisas que deveriam ter sido realizadas lá na outra, que beneficiava os servidores e que o próprio governo não apresentou durante a alteração proposta em 2021. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Adelto. O Sr. Luís Borba está com a palavra.

**SR. LUÍS FERRARI BORBA:** Quero saudar os poucos vereadores presentes. Quero saudar os colegas da Câmara, os colegas em geral da Prefeitura e, especialmente os que falaram antes de mim, com muita propriedade. A gente

precisa reconhecer algumas questões. Por exemplo, se faz uma audiência pública e a maioria esmagadora dos vereadores não estão presentes. Para um tema delicado e complexo como esse, a gente pode inferir que eles estão a par do assunto? A gente pode dizer que em 2021, numa votação, numa discussão megacomplexa, rasteira e açodada, como foi feita, os vereadores sabiam o que estavam votando ao cometer aquele verdadeiro crime de fazer aquela reforma da previdência sem nenhuma necessidade técnica? É a questão que tem que ser colocada para a Câmara de Vereadores e para a cidade de Porto Alegre. Infelizmente, a cidade de Porto Alegre pouco acompanha o que acontece dentro da Câmara de Vereadores, e a Prefeitura, que se diz democrática e preocupada com a democracia, parece não se importar com esse baixo nível de discussão e de influência que a cidade tem sobre a sua própria Câmara de Vereadores. Aqui já foi referido, e sou obrigado a endossar, que o Previmpa vai muito bem, obrigado, continua muito bem, obrigado, por mais de 20 anos, desde a sua criação. Qual a necessidade, então, desse projeto? Aqui foi dito que o Conselho Fiscal trabalha bem com poucos conselheiros, que o Conselho de Administração não funciona, que o conselho administrativo não faz parte dessa história bem sucedida de mais de 20 anos. Eu cheguei a ler ali no *chat* que os conselhos do Previmpa deveriam trabalhar e zelar apenas pelo fundo capitalizado. Isso é preocupação com democracia? Isso é preocupação com a representatividade? Isso é preocupação em seguir a lei que criou o Previmpa? Acredito que não. Até porque, frisando mais uma vez, esse dinheiro, esses recursos e a gerência desse sistema, porque o sistema é dos servidores da Prefeitura de Porto Alegre, não é da cidade, muito menos é do prefeito, e são eles que têm cuidado muito bem desses recursos e desse sistema por mais de 20 anos. Então, o crime maior já foi feito em 2021, com uma redução brutal do cálculo dos proventos de aposentadoria, com a extensão do tempo de trabalho e com o aumento de condicionamentos para a aposentadoria, portanto, a restrição de acesso à aposentadoria sem necessidade técnica. Mas aí o governo avança mais uma vez agora sobre o funcionamento dos conselhos, claro, reproduzindo internamente o que já tem feito nos conselhos municipais, que é restringindo autonomia e



restringindo a representatividade desses conselhos. Qual o objetivo? Sinceramente, eu não consigo enxergar objetivo prático no que está escrito na lei e que não foi dito aqui. Não consigo. O objetivo político-ideológico é, claro, aumentar o controle, lacrar o controle sobre os conselhos que estão aí, tanto dos conselhos municipais quanto dos conselhos internos. Até porque, ideologicamente, o prefeito em pessoa já se manifestou várias vezes a esse respeito, dizendo: “Eu ganhei a eleição; eu faço tudo.” Não é isso? Estou falando besteira? É isso que o prefeito tem repetido: Eu ganhei a eleição de 2020, reúno 15 vezes, não escuto ninguém nas 15 vezes, mas vou lá, gasto meu tempo, ponho os meus técnicos a escutar, a entrar por um ouvido e sair por outro, que já está tudo decidido, porque eu ganhei a eleição. É isso. Certamente o prefeito está bem confiante em ganhar de novo. Enfim, eu, como conselheiro, endosso piamente o relatório técnico que o conselho administrativo fez sobre esses PLs. Quem está fazendo debate político-ideológico sem admitir é o governo; e quem está fazendo o debate técnico necessário são os conselheiros e seus representantes através das suas associações e seus sindicatos. No discurso a intenção é clara, a alegação é sempre a mesma: “Nós vencemos a eleição, nós podemos tudo”. Mas quem faz o debate político é quem representa os servidores. É isso. Infelizmente nós estamos relegados a essa situação de submissão completa. Eu lamento. Eu espero que os pouquíssimos vereadores que estejam presentes possam convencer os demais de que esse tema é complexo demais para ser patrolado açodadamente porque o governo quer que as alterações propostas já incidam sobre a eleição dos próximos conselhos que serão feitas no início do ano: restrição brutal de representatividade, restrição brutal de autonomia dos servidores representados nos conselhos do Previmpa. O que nós podemos achar ao se indicar que o presidente do Conselho Administrativo deve ser feita pelo prefeito? É interferência direta na autonomia dos conselhos. Muito obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO PRERES DE MELO (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, colega Luís Borba. O Sr. Edmilson Todeschini, representando a Astec –

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, está com a palavra. Boa noite.

**SR. EDMILSON TODESCHINI:** Boa noite. Eu falo pela vice-presidência da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec, e vou começar contando uma breve história nesse pouco tempo. Em 1998, no penúltimo ano do milênio passado, foi editada a Emenda nº 20, no final do governo Fernando Henrique Cardoso. A Emenda nº 20 obrigou uma série de alterações...

**SR. EDMILSON TODESCHINI:**... obrigou uma série de alterações nos regimes próprios de previdência: que tivesse equilíbrio atuarial, que tivesse um caixa incomunicável com o caixa geral do Município e uma série de outras mudanças que não vêm ao caso no momento, poderíamos falar um longo tempo sobre isso. Na ocasião, em dezembro de 1998, eu fui do primeiro grupo indicado pelo governo do então prefeito Raul Pont para fazer o estudo para criação de um regime próprio, e participei desse estudo que resultou na criação do Previmpa; acompanhei o estudo atuarial da Caixa Econômica Federal, que foi quem orientou também a separação dos regimes; também fui o primeiro procurador da autarquia Previmpa; fui presidente, por quatro anos, do conselho, e eu posso falar que eu acompanhei a criação do Previmpa e todo o seu desenvolvimento. Eu vou centrar a minha atenção no Projeto de Lei Complementar nº 028, especialmente nos conselhos, e, dentre os conselhos, o conselho de administração, que já é chamado pela Lei Federal nº 9717, de conselho deliberativo, e aqui ele passa a ser chamado de conselho deliberativo. Está havendo a destruição do conselho, está sendo negada uma garantia constitucional que está no art. 194, inc. VII da Constituição Federal, que garante que a seguridade social, composta por saúde, previdência e assistência, será gerida com a participação dos trabalhadores. A previdência faz parte da seguridade, e participação dos trabalhadores significa conselho, e conselho só

é conselho quando tiver autonomia, quando for um autêntico órgão de controle. Órgão de controle, não é um mero órgão auxiliar da autarquia, é um órgão que exerce o controle sobre a gestão previdenciária. Por que eu falo da autonomia e por que eu falo do controle? Porque, da forma com que está sendo reduzido o conselho, com dez representantes do governo e dez dos trabalhadores, para quatro e quatro, é uma forma que, ao contrário do que alega o diretor adjunto da autarquia, ela restringe, sim, a participação, restringe, sim, o debate, restringe, sim, uma série de eficácias que qualificam a gestão previdenciária. E o que é mais grave: a presidência, pelo projeto de lei, será dentre os conselheiros indicados pelo governo, com voto de qualidade; está sendo feito um desequilíbrio, em que o conselho, órgão de controle, deixa de ser órgão de controle. Seguidamente dava empate nas deliberações, e quando havia empate, nós discutíamos e chegávamos, em muitas ocasiões, a um termo mediado; agora, não haverá mediação quando houver empate; quando houver empate, o governo já estará vencendo, estará vencendo porque quatro e quatro, e com o voto de qualidade do presidente, significa cinco a quatro, está estabelecendo um desequilíbrio representativo, além de uma precariedade representativa. A precariedade decorre de uma não representação de uma série de setores, ela decorre do alijamento de certos segmentos a participar em razão da escolaridade do cargo; para contribuir, todos servem; para participar, alguns são excluídos. Enfim, está sendo feita a destruição do conselho, e em momento algum há qualquer diploma federal que estabeleça essa obrigatoriedade de redução. A redução é um plano do governo para evitar o controle. Pretende o governo controlar o órgão controlador? Que absurdo! O governo, que deve ser controlado, quer controlar o órgão controlador. Conselho para quê, então? Essa formatação de conselho, pretendida pelo governo, ela tem um forte cheiro de inconstitucionalidade, porque a participação dos trabalhadores na gestão previdenciária, garantida pelo art. 194 da Constituição, é para ser efetiva, não é para ser um faz de conta. Enfim, essa é a maior preocupação que se apresenta no momento. Temos uma série de outros vícios, mas eu quero centrar a atenção a esse grande retrocesso. Eu quero dizer que Curitiba e Florianópolis não são e

nunca foram exemplo de democracia; quem foi exemplo de democracia foi Porto Alegre no passado, como bem colocou o Assis. Porto Alegre foi exemplo de democracia em agosto de 1961, quando evitou um golpe de Estado com o Movimento da Legalidade. Porto Alegre foi um exemplo de democracia no início desse milênio, os primeiros anos, quando foi a pioneira nacional na instituição de cotas para a população negra ingressar no serviço público; Porto Alegre foi um exemplo de democracia quando criou um conselho amplo como esse que está sendo destruído pelo governo atual. Enfim, essa é a maior preocupação que temos. O governo municipal não me convence ao afirmar que estará qualificando; não estará qualificando, estará desqualificando, estará impedindo um órgão autônomo de controle, essencial, que exerça sua função; ele já sinalizava nesse sentido no período em que eu fui presidente, em que o conselho deliberava uma política previdenciária, num sentido, e a Direção Geral, a quem incumbia cumprir a deliberação do conselho, fazia exatamente o oposto e defendia a tese oposta perante a Câmara Municipal; então, com este vício e com muitos outros, eu peço a rejeição deste projeto, PLCE nº 028/23. Obrigado!

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, colega Todeschini. Passamos a palavra agora à colega Cindi Sandri.

**CINDI REGINA SANDRI:** Obrigada, Luiz Afonso. Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a todos, todas e todes que estão aqui hoje, reafirmar o que já foi dito por alguns aqui, o espanto com o fato de que, se eu consegui fazer a anotação corretamente, nós só temos aqui o Ver. Giovane Byl, que infelizmente não está conseguindo participar do debate conosco, apesar de estar na sala; e temos aqui o Ver. Jonas Reis também, dos tantos vereadores que compõem essa Casa. Boa noite, Ver. Giovane, obrigado pela sua presença hoje aqui.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Boa noite, estamos aqui, presidindo e acompanhando o debate.

**CINDI REGINA SANDRI:** Mantenho aqui essa minha observação porque eu entendo que isto é a comprovação de como a Casa parlamentar de Porto Alegre tem tratado os projetos de lei que o Executivo tem enviado, principalmente nesses últimos meses, em final de ano legislativo, às pressas, com as urgências que o governo determina em relação à tramitação deles, e mais ainda, a absoluta ausência do Executivo aqui conosco, apesar de o Wilson estar aqui representando o Previmpa, parece que temos mais um ou dois representantes do governo aqui, mas ninguém do governo, ninguém, absolutamente ninguém do governo colocou na sua agenda a disponibilidade de participar dessa audiência pública, para consolidar, reafirmar o discurso, que é dado por todo esse governo, mas principalmente pelo prefeito, quando ele fala do diálogo, que ele é um executivo, ele é um executor do diálogo. Está aqui na tela a comprovação do quanto a gente é levado a se iludir com essa possibilidade, a partir da ação do Executivo, não da intenção dele, mas da ação efetiva. Eu quero dizer com isso que não vejo legitimidade no objeto a ser atendido por essa audiência pública; ela não tem a possibilidade de cumprir a sua função, de poder acontecer de fato um debate que acumule para a discussão que os vereadores vão fazer quando os dois PLs forem para debate no plenário. Não tenho nenhuma, nenhuma dúvida quanto a isso, não há absolutamente nenhuma legitimidade, mesmo com todo esforço que seja feito por quem está aqui pelo Legislativo, nenhuma legitimidade com o resultado dessa audiência poder ter alguma repercussão no debate que vai acontecer a toque de caixa no plenário da Câmara, quando forem votados esses dois PLs. Por isso, inclusive, que o Simpa questionou, tanto ao próprio Presidente da Casa quanto ao Judiciário a legitimidade deste momento, bem como considerar este momento, além do momento protocolar, também um momento que afirma esse discurso, que não é, absolutamente não é verdadeiro, do prefeito municipal, quando ele diz que dialoga. Isto não é diálogo, isto tem outro nome, pode ser alguma coisa do ponto de vista ilusório, do ponto de vista propagandístico, para se criar uma imagem, para ajudar a criar a imagem na mídia, na propaganda deste governo, de que ele dialoga. Não, não, o prefeito Melo não dialoga; infelizmente não vemos na

Câmara de Vereadores a possibilidade de fazer o contraponto a isso. Não vemos. Todos os que me antecederam aqui já trouxeram, em termos de conteúdo, em termos de processo, em termos de histórico, em termos de história, o que significa o que o governo municipal está pretendendo, qual é o objetivo efetivo do governo municipal com esses dois PLs. Eu quero, do ponto de vista histórico, trazer uma pequena página da história da previdência do Município, que eu vivi. Eu assisti a um vereador ser presenteado com uma cobra aí na Câmara de Vereadores quando ele fazia o debate sobre o que estava acontecendo em relação ao projeto, o futuro da previdência, do instituto de previdência dos municipais e das municipais. Eu participei da intervenção do Montepio, que aconteceu logo depois desse episódio, para trazer aos municipais e às municipais o que é do seu interesse de fato e o que já foi colocado aqui – perdoe-me que eu não vou conseguir citar o nome de quem falou – de que o Previmpa é um instituto de previdência dos municipais e das municipais. Eles é que têm que ser os gestores, com toda a legitimidade da eleição ganha pelos governos, onde eles tenham paritariamente representação e atuação dentro desse instituto. Não vi ninguém aqui questionar a legitimidade da participação do governo; o que eu vi e repito na minha fala é a denúncia de que o governo quer intervir no nosso instituto de previdência. Não é interferir, são conceitos diferentes; ele quer intervir no nosso instituto de previdência. Do mesmo jeito que está realizando a mesma ação com os mesmos objetivos em relação a todos os espaços onde havia participação da população, do cidadão e da cidadã de Porto Alegre, na gestão das políticas públicas que, no nosso caso, é menos pública do que o Conselho Municipal de Educação, do que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, do que o que ele pretende fazer, quer fazer e não está conseguindo fazer no Conselho do Plano Diretor. A gente está vendo o que está acontecendo. Eu quero dizer – eu acho que para encerrar, Luiz Afonso, o meu tempo – que esse espaço não é de debate, é um espaço de demonstração da nossa capacidade, do nosso desejo de resistir a isso que esse governo está fazendo, que é legítimo pela sua eleição, mas que é absolutamente ilegítimo do ponto de vista da garantia do direito do cidadão e da

cidadã de serem protagonistas da construção da cidade, que, na propaganda dele, está linda, mas que na vida real é completamente diferente dessa propaganda. Nós vamos continuar sendo defensores das políticas públicas; do serviço público, sendo realizado pelo servidor e pela servidora pública; de acesso universal de tudo que já é de direito, desde água, educação, saúde, assistência social, moradia. Nós vamos continuar! Que o governo Melo reconheça que, enquanto ele agir dessa forma, ele terá, no Simpa, um grande opositor no sentido de que nós vamos continuar denunciando o quanto isso significa de retirada de direitos do cidadão e da cidadã, porque eles têm absoluta legitimidade para cobrar, questionar, reivindicar e inclusive fazer movimentações públicas de repúdio a isso. Muito obrigada novamente, Luiz Afonso. Estou encerrando por aqui.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Cindi. O próximo inscrito é o colega João Ezequiel, do Simpa.

**SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA:** Boa noite, Luiz Afonso, diretor legislativo da Câmara Municipal de Porto Alegre. Boa noite a todos os colegas e a todas as colegas que participam desta audiência, aos vereadores presentes; é importante dizer que nós temos que aproveitar esta audiência porque a gente sabe, Luiz Afonso, que ela nada mais é do que mais um procedimento do governo Melo, como foi em projetos anteriores, para cumprir tabela. Uma audiência para cumprir tabela. A Cindi já trouxe a prova da não participação real, efetiva, da própria Câmara Municipal de Porto Alegre e da própria representação do governo municipal aqui nesta audiência. Eu quero saudar cada colega que falou antes de mim e dizer que eu quero aproveitar esta audiência para fazer uma ligação entre esta política que o governo Melo vem implementando não de agora, porque, na verdade, o governo Melo continua uma política nefasta implementada no então governo Marchezan. É uma continuidade. Nos causa bastante, muita indignação, porque, para além dos servidores e servidoras, as aposentadas e os aposentados viraram um alvo permanente deste governo. É

importante dizer que esse ataque aqui e agora à autonomia e à representatividade do Conselho de Administração do Previmpa é parte de uma política que está em um bojo de ataque à previdência como um todo, de ataque àquelas e àqueles que contribuíram uma vida inteira, não só com seu trabalho para a população, mas também contribuíram financeiramente para ter uma aposentadoria minimamente digna que lhe possa prover o sustento, após tanto tempo de trabalho. Eu quero dizer que o governo Melo, continuando a política do Marchezan, vem, sim, atacando sistematicamente as nossas e os nossos colegas aposentados e aposentadas, como foi o caso do confisco de 14%. Olha, gente, se nós... Gera indignação para quem nos ouve; gera muita indignação, porque vocês imaginem, colegas que trabalharam décadas numa emergência no Hospital de Pronto Socorro; colegas que trabalharam décadas numa UTI no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas; colegas que trabalharam décadas lá no lixão do DMLU; colegas que trabalharam décadas em salas de aula, em salas superlotadas de uma juventude carente; colegas que trabalharam décadas na FASC, atendendo a tão necessitada população de rua. Esses colegas vêm sendo confiscados em seus salários em 14% daquilo que ultrapassa 2,4 salários mínimos. Os colegas se aposentaram e têm que contribuir, depois de aposentados. É uma vergonha, é uma vergonha o que aconteceu com a reforma da previdência municipal de Porto Alegre. E mais: ela ampliou a idade para as servidoras e os servidores poderem se aposentar e ampliou também o tempo de contribuição. Tudo isso, obviamente, através desse conflito, dessa retirada de direitos, tudo isso, obviamente, para cobrir um caixa que nada mais é – nada menos, nada mais – que uma dívida que a Prefeitura municipal de Porto Alegre tem com o regime previdenciário a partir do momento em que houve a segregação de massas, em que houve então a criação de dois regimes – um capitalizado, outro simples. Isso tudo nós já debatemos em diversas situações; mas, para além disso, a gente ouve do próprio secretário, em várias políticas municipais salariais, como agora na questão da parcela autônoma sem equiparação ao salário mínimo. São aqueles que menos ganham na Prefeitura, estou falando de servidores e servidoras que ganham abaixo do salário mínimo.



Os aposentados e aposentadas foram excluídos. Em diversas outras políticas, a gente vê a exclusão das aposentadas e dos aposentados. Então, agora, o governo, principalmente com esse PLCE nº 028, pretende, então, hegemonizar as avaliações e decisões do conselho de administração do Previmpa. Na verdade, gente, é botar a raposa para cuidar do galinheiro, a velha frase que a gente vem falando: botar a raposa para cuidar do galinheiro. Porque o conselho de administração do Previmpa é justamente um conselho fiscalizador; aliás, os colegas que compõem o conselho, aqueles que foram eleitos pela grande maioria – quase unanimidade – da categoria, os colegas entendem muito o que significa o Previmpa, entendem muito de como o Previmpa deve ser administrado. E o Previmpa deve ser administrado, justamente, e orientado por aquelas e por aqueles que mais têm interesse legítimo no Previmpa, porque o Previmpa é a garantia das nossas aposentadorias, é a garantia de que toda contribuição que nós fazemos vai nos garantir, no futuro, após nós cumprirmos todos os requisitos para a aposentadoria, que nós tenhamos esse direito, e tenhamos esse direito no momento em que nós mais vamos precisar – os aposentados e as aposentadas já estão nessa condição em que mais precisam. E, obviamente, isso, para nós, é muito nítido, por isso que as diretoras e diretores do Simpa se manifestaram aqui anteriormente, e eu assino embaixo. Obviamente, o Simpa é contra esse projeto, porque esse projeto pretende aprofundar ainda mais as políticas de destruição da própria previdência municipal de Porto Alegre, atacando a quem mais interessa. Então é lamentável que a Câmara Municipal de Porto Alegre se preste, mais uma vez, a esse serviço, simplesmente avalizando sem debate nenhum – porque não é debate isto. Para finalizar, Luiz Afonso, eu quero aqui falar com cada colega municipalista e municipalista. Por isso, gente, nós temos que nos organizar enquanto categoria, resistir e lutar. Por isso, eu quero reforçar aqui a nossa assembleia geral, agora, no dia 13 de dezembro, às 19h, na Fetrafi, ali na Rua Cel. Fernando Machado, 820. Vamos participar dessa assembleia, porque, para além de a gente debater as nossas pautas de reivindicações, nós temos que nos organizar pela defesa efetiva do serviço público municipal de Porto Alegre, mas também pela defesa

efetiva dos nossos direitos enquanto colegas da ativa, assim como dos colegas aposentados e aposentadas. Luiz Afonso, muito obrigado. Nós deixamos aqui a nossa indignação e resistiremos até o último minuto, até o último segundo, para que o governo não implemente mais esse ataque à previdência municipal das servidoras e servidores municipais de Porto Alegre. Muito obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, João Ezequiel. Nós teremos agora a fala do Ver. Jonas Reis e, depois, a da colega Elaine Rosner Silveira. Ver. Jonas, por gentileza.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa noite a todas e todos; boa noite, Luiz Afonso; boa noite, Ver. Giovane Byl, que preside esta audiência; boa noite às servidoras, aos servidores públicos e aos representantes do governo Melo. Eu queria inicialmente dizer que o que está acontecendo, através dessa proposta, é mais uma “chinelagem” do governo Melo, porque eu só posso qualificar dessa forma quem odeia a democracia, a participação e a representatividade dos servidores. Nós temos visto que o governo Melo elegeu os servidores públicos como inimigos. Há uma corrosão salarial de cerca de 30%; ele não paga. Está na Lei Orgânica que ele deveria pagar o que deve e agora ele... Novamente, é mais uma abocanhada na previdência dos servidores de Porto Alegre. Por quê? Por que ele quer menos pessoas lá? Por que ele quer elitizar o conselho? Por que ele não aceita os pareceres técnicos? Por que ele diz respeito inclusive à Câmara de Vereadores se, em nenhum momento, ele veio apresentar esse projeto e falar sobre ele? Por que a base do governo não está aqui? Não está aqui a base do governo. É uma vergonha isso. Eles negligenciam as estruturas públicas. Nós temos vivido em Porto Alegre, e este é mais um exemplo, a mistura do público com privado. Eles acham que ganhar a eleição, é isso que o governo Melo acha, ganhar a eleição é como se agora ele ocupasse a Prefeitura por quatro anos para os seus desejos, para os seus interesses. É o que ele está propondo para a água, anos e anos; é o que ele propõe para os parques, 20 ou 30 anos para a iniciativa privada. Mas sabe por que ele fez a resseguração de

massas, que foi um dos ataques ao Previmpa? Porque eles são incompetentes na gestão, eles não conseguem fazer gestão decente. Mais de R\$ 120 milhões da educação foram para o espaço, porque eles não têm interesse com o público; eles têm interesse em negociar. Eles transformaram a Prefeitura de Porto Alegre em um balcão de negócios. O Sebastião Melo não tem condições de ser prefeito, não tem qualidade e, pior ainda, reúne secretários que não têm capacidade técnica para gerir as pastas. É o caso de várias secretarias. É uma vergonha. Foram pessoas que se candidataram a vereador, não conseguiram se eleger, e aí o Melo os acomodou como secretários. Não tem como dar certo. Tem sempre problemas no caixa, e é por isso que a democracia tem que ser atacada; é por isso que a participação, os conselhos, estão sendo destruídos, gente. Os fundos próprios estão sendo destruídos. Ele já extinguiu vários, porque ele não quer que a população veja o que eles estão orquestrando dentro, de incompetência, de má gestão. E nós vimos na CPI: negócios, negócios que não eram para o interesse público; eram para o interesse privado. Compraram um monte de bugiganga que não prestava e que está dentro das escolas. E o dinheiro escoou. Nós temos hoje 17 mil crianças sem vaga em creche em Porto Alegre. É essa a situação. “E o Previmpa tem R\$ 4 bilhões, vamos lá para esse dinheiro”. É assim que pensa o governo Melo. Mas, para chegar ao dinheiro do Previmpa, tem que ter um conselho enxuto, um conselho pequeno, para eles chegarem ao ouvido do conselho... Isso é um absurdo. Nós não vamos deixar, nós não vamos aceitar menos democracia; nós queremos autonomia. Esse prefeito que aí está foi o responsável no passado, inclusive, por nós termos vários problemas enormes nesta cidade. Aí agora ele não tem responsabilidade; agora ele quer fazer uma gestão mais enxuta, com menos pessoas. É engraçado dizer, inclusive aqui, que o Melo está se demorando no poder, porque é muita trapalhada, é muita sujeira, e ele está há três anos pendurado lá na Prefeitura. Ele aumentou impressionantemente de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil os salários de todos os secretários, agora, no meio da legislatura. Aí, claro, ele tem que enfraquecer o Previmpa para fazer nova resseguração de massa no futuro, porque ele não quer pagar os aposentados. Ele já falou que não quer pagar, tanto é que ele não

recompõe a inflação, porque ele sabe que tem repercussão para os aposentados. O Previmpa, para o Melo, é uma pedra no calçado, porque ele quer usar o dinheiro da previdência como inconsequentes do passado usaram o dinheiro das previdências para fazer obras públicas. Isso é um escândalo! Nós não podemos deixar isso acontecer. Esses projetos não podem passar. Nós temos que fortalecer o Previmpa com o poder dos servidores, são eles que têm que dizer como deve ser gerido, porque o dinheiro é deles. Uma outra coisa inconsequente que aconteceu nesse período: 14% de desconto dos aposentados. Eu nunca vi isso; é uma vergonha. A pessoa se aposenta, aí vem o governo e diz assim “agora que tu te aposentaste, eu vou comer 14% do teu salário”, quando ele já não tem vale-alimentação, não tem os benefícios que na ativa ele tinha. Ele perde, o salário reduz, aí vai o governo e pega mais 14%. Aí não quer se responsabilizar com o regime simples, como se não fosse responsabilidade da Prefeitura. A responsabilidade não é do governo; é a Prefeitura, é o ente federado que usou o dinheiro no passado para quaisquer coisas e agora não quer arcar com isso. Nós temos que dizer “não” a esse projeto. Eu quero dizer que podem contar com meu voto contrário e com a nossa articulação para esclarecer os colegas. Nós temos que pensar na Porto Alegre do futuro. Nós não podemos ter insegurança no nosso sistema próprio de previdência. Imagina, esse dinheiro tem que ser bem gerido, bem organizado, como tem sido pelos servidores nos Conselhos, a representatividade e não elitização! O que é isso? Então esse papo furado que fizeram aqui no início... Ah, porque nós temos que chegar lá, né, participar do programa isso, programa aquilo para ter o nível um, dois, três, quatro... Ah, dá licença, né! Isso é conversa pra boi dormir. Quanto é a FG de vocês? Quanto é um CC que vocês estão ganhando para vir aqui largar essa cantilena em cima dos servidores, numa audiência pública? Eu quero saber, falem aí para nós: quanto é que é o CC, a FG para defender desse jeito o governo Melo? Uma coisa indecente que é retirar a democracia, a participação dos servidores nos conselhos de gerência. Eu não acredito que as pessoas estão se comportando desta forma, desta forma, no setor público! Olha, no passado, já teve maior qualidade, agora, está difícil, está

difícil para esses governos de direita conseguir pessoas com condição, com qualidade, inclusive capacidade técnica para argumentar, para defender o seu ponto de vista. Viesse aqui, batesse no peito e dissesse: “Nós queremos menos democracia”. É menos feio do que essa conversinha que vocês colocaram no início, de justificativa fajuta desses projetos que reduzem o poder. Então, por favor gente, tenham vergonha, tenham uma altivez e digam realmente o que vocês querem; vocês enfraquecer o Previmpa para fazer o quê? Vocês querem fazer negócios lá? Vocês querem, por acaso, vocês estão abrindo as portas para roubos no futuro? Essa é a pergunta. Tem alguém que quer roubar dinheiro do Previmpa? Essa é uma pergunta que tem que ser respondida. Eu gostaria que se tivesse alguém aqui que pudesse responder, porque eu não vejo necessidade de mudanças, gente! E, de forma muito tranquila, mas de forma indignada, o que vocês estão fazendo é um desrespeito com os servidores públicos, mais uma vez, atacando quem constrói essa cidade na educação, na saúde, no saneamento, na limpeza urbana, em vários outros setores e, inclusive, os que construíram no passado, que agora estão aposentados. Porque eu não vi vocês mandando cartinha para os aposentados, explicando que vocês querem mudar a organização dos conselhos, isso eu não vi. Então, a minha fala final é o seguinte: não a essa mudança.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Jonas Reis. Agora passamos a palavra à colega Elaine Rosner Silveira.

**SRA. ELAINE ROSNER SILVEIRA:** Eu vou ser bem mais breve. Boa noite, eu entrei depois que já tinha iniciado, então não ouvi as primeiras falas, mas eu sou também do Conselho de Administração do Previmpa, também estou na diretoria da Astec da atual gestão, e no conselho a gente fez então um parecer, quando esse PL era ainda uma minuta, e a gente discutiu um pouco essas propostas. Fica meio difícil de entender como é que vai qualificar o trabalho do conselho, se vai diminuir o número de conselheiros, vai diminuir o número de sessões no conselho de administração e vai aumentar ao mesmo tempo as atribuições e

tarefas dos conselheiros. Não sei como isso vai qualificar o trabalho do Conselho. Ao mesmo tempo a gente discutiu essa questão da proposta do Executivo que é de retirar a possibilidade de ter conselheiros sem nível superior, sendo que a maioria dos funcionários da Prefeitura não tem nível superior e eles deveriam poder estar representados dentre os conselheiros do Conselho de Administração do Previmpa e do Conselho Fiscal. Também essa questão de o Executivo escolher o presidente do Conselho de Administração, hoje os conselheiros escolhem quem vai presidir, vai ser o presidente na gestão do conselho; isso faz parte da autonomia do conselho. E esses dois conselhos, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal têm trabalhado nos 20 anos de existência do Previmpa, e tem sido um bom trabalho porque a gente vê que o Previmpa está saneado graças a essa fiscalização e ao controle desses conselhos. Mas uma coisa que não foi falado, que é a questão da justificativa desse PL 28, o Executivo colocou como justificativa também a necessidade – que precisaria essas modificações – para poder aumentar o investimento em fundos de renda variável, ou seja, em fundos de risco. Ou seja, o Executivo quer aplicar mais o dinheiro da previdência, das contribuições previdenciárias dos funcionários públicos municipais, em fundos de risco, quer aumentar as aplicações em fundos de risco. Isso nos preocupa porque as aposentadorias e pensões elas existem para dar um amparo ao servidor, quando ele já tiver uma idade, já estiver se aposentando, ou ao seu dependente, e esse dinheiro ele deve ser aplicado de forma segura para dar segurança para o servidor. Então nos preocupa isso, a justificativa que está no PL nº 28 do governo, de querer aumentar a aplicação dos fundos previdenciários em fundos de risco, de renda variável. Isso significa maior risco para o servidor também. Acho importante, pena que tenha poucos vereadores aqui, vereadores de todas as posições, para poder pensar junto com a gente, e pensar bem em que eles estão votando, porque a gente vai divulgar bem depois o voto dos vereadores para todos os funcionários saberem bem como eles votam. É importante que se informem também no que que estão votando. Mas é isso. Boa noite.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Elaine. Sr. Presidente, Ver. Giovane Byl, encerraram-se as inscrições, o senhor pode colocar a palavra, agora, à disposição do governo, através do Sr. Wilson Ramos, diretor-geral adjunto do Previmpa, para as considerações finais por até cinco minutos, caso assim deseje.

**SR. WILSON PEREIRA RAMOS:** Diretor Luiz Afonso, nós agradecemos a oportunidade de participar. Na verdade, a gente já expôs a posição do governo, a proposta de encaminhamento dos PLCs, esta questão do PLC da estrutura foi a que, na verdade, gerou debate, e a gente respeita as posições. Eu só queria fazer um adendo a uma fala passada que seria esta questão do programa Pró-Gestão, papo furado, papo do governo: em 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da época, por 18 votos favoráveis, nenhum voto contra, que se fizesse adesão ao Pró-Gestão. A adesão ao Pró-Gestão leva alguns impactos necessários, algumas modificações necessárias que são essas que a gente está propondo. Então, eu só queria deixar este registro e agradecer a oportunidade. Estamos à disposição no Previmpa para falarmos com todos que me citaram.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado Wilson. Agora colocamos a palavra à disposição, por até cinco minutos, para as considerações finais, do representante do Simpa, o colega Edson Zomar.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** O que se pode dizer? Foi um momento importante, embora a gente questione a validade da audiência, porque, no nosso entendimento devia ter sido propiciado todo um processo diferenciado respeitando a opinião do próprio CAD, o amplo debate com a categoria e um tempo hábil no momento adequado para que houvesse esta participação de forma mais importante, mais representativa do conjunto dos servidores. Pelo que se ouve agora, é uma decisão política tomada, é uma decisão que eu acho que todas as falas que foram feitas no sentido de questionar colocam muito bem, que é o quê? Nós temos hoje uma redução da representação dos servidores que são,

na verdade, os proprietários de fato dos valores que são colocados lá, já que são dirigidos à sua previdência, e uma perda de controle, que nada mais é do que isso, uma restrição de representação, uma restrição de representantes, o que facilita o controle, somado à questão de um voto de minerva, como citado antes, da presidência do conselho. Ou seja, na verdade aquilo que funcionou até hoje, no mínimo, para não dizer outra coisa, é colocada em risco. Para também não dizer que isso, na verdade, representa alguma planificação, algo não muito claro, porque se sabe que é toda uma vontade do mercado privado, do mercado financeiro no sentido de se apropriar, de ter uma maior fatia, digamos assim, dos fundos de previdência, e o Previmpa está dentro desse rol. Não houve, então, este debate, é uma situação onde a gente vai continuar resistindo, continuar lutando no sentido de manter o acompanhamento do Previmpa. Mas esperamos que não haja, por parte da Câmara, embora seja bastante difícil, não uma aprovação pura e simples de um projeto no final de ano que mexe com o controle, com uma estrutura de um órgão e que vai ter, com certeza, consequências, porque, algo que funcionou de durante 20 anos, se aprovado este projeto, deixará de existir, e o funcionamento é no mínimo duvidoso. Sem considerar, de novo, o que já foi colocado, que, uma redução da representação em todos os sentidos, numérica e de variedade dos servidores, permite a condução de melhor forma aos interesses dominantes que, no caso, terão controle do conselho, através de metade de seus representantes, já restringidos no seu número, como também à presidência do CAD. Então, esperamos que haja uma reflexão ainda, por parte do conjunto dos vereadores, e que essa questão não tenha este encaminhamento que está formatado, porque, dessa forma, o Previmpa não vai ganhar com isso, o servidor não vai ganhar com isso, a transparência não vai ganhar, a representação social não vai ganhar e, na verdade, serve um caminho para algo desconhecido. Como foi colocado aqui, Porto Alegre, sim, era referência, o Previmpa é, sim, uma referência, e quando se fala não se fala somente de que não houve o retorno suficiente em aplicação de risco no último período, se fala no sentido de se manter um fundo crescente, bem sucedido no seu conjunto, que hoje atende as condições de segurança para o pagamento da



previdência e que, a partir de determinadas decisões que podem vir a ser tomadas da maneira e da formatação como está sendo colocada essa proposta de conselho, isso pode, talvez, não vir mais a acontecer. Nós temos experiência, o conhecimento, na verdade, de como fundos de pensão, como a questão previdenciária, em vários aspectos em nível de Brasil e até internacional, acabaram. Então esta questão toda de se ter esta posição de manter aquilo que está funcionando, de manter a representação dos servidores, de manter o controle social, de permitir o contraponto e a diversidade de empreendimentos, na nossa opinião, na nossa convicção, isso é uma coisa fundamental. Consideramos que esta posição vai ser mantida, deve ser mantida, e que haja, por parte do governo, embora não se acredite muito nisso, o melhor entendimento de como conduzir o Previmpa, onde faltam servidores, onde houve uma série de medidas tomadas em nível de mudanças e que naquilo que hoje, apesar do dito aqui por alguém, ainda esta imagem de sucesso, pode, a partir de um dado momento, combinado com outras mudanças, tomar um outro caminho que não é a segurança e o interesse do servidor e, sim, a vantagem do mercado. Seria isso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado colega Edson. Sr. Presidente, estão cumpridas as formalidades.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Cumprida as formalidades da nossa audiência pública, eu quero aqui declarar encerrados os trabalhos da presente reunião. Uma boa noite a todos e bom descanso a todos.

(Encerra-se a reunião às 20h42min.)